

# A CRÍTICA INTEGRACIONISTA À LINGUÍSTICA ORTODOXA<sup>1</sup>

Roy Harris\*

Tradução de Ana Cláudia Fabre Eltermann e Cristine Gorski Severo\*\*

Os últimos dez anos na linguística têm sido marcados por um ceticismo crescente em relação às bases teóricas nas quais a maioria dos linguistas baseou suas descrições de línguas durante a maior parte do século atual. Essa crítica pode ser rastreada através de Firth e Pike, até Malinowski e Sapir, mas tem tido uma influência significativa mais recentemente com o trabalho tardio de Wittgenstein e com o crescimento da sociologia. O confronto das posições teóricas envolvidas tem sido caracterizado recentemente por contrastar a “linguística segregacionista” com a “linguística integracionista”. O que esses termos implicam? Trata-se de mais uma diferença entre escolas da linguística (no mesmo nível, digamos, daquela entre estratificacionistas e glossemáticos) ou é algo mais profundo? Isso teria implicações para o próprio futuro da linguística?

A linguística, concebida como um ramo independente de estudos acadêmicos, abarcando uma gama inteira de observações e questões relacionadas à linguagem, é um desenvolvimento relativamente recente na história da cultura humana. A sua emergência na forma particular com a qual nós estamos familiarizados deve muito aos padrões de educação e pesquisa característicos das universidades ocidentais dos séculos XIX e XX.

A teoria linguística foi em grande parte promovida pela necessidade profissional de organizar investigações linguísticas de uma forma coerente, abrangente e baseada em princípios para fins acadêmicos, ao invés de se pautar na busca por respostas definitivas para as questões mais gerais e de longo alcance sobre a linguagem.

---

<sup>1</sup> O texto de Roy Harris *The integrationist critique of orthodox linguistics* foi publicado em *The Sixteenth LACUS Forum 1989* (1990, p. 63-77), editado por M. P. Jordane e pela L.A.C.U.S. (Lake Bluff). Esse artigo foi republicado em um volume editado pela Routledge, intitulado *Integrational Linguistics: a First Reader* (1998, p. 15-26), editado por Roy Harris e George Wolf. A autorização para publicação do texto em português foi dada por Sheila Embleton e seus colegas da LACUS, bem como por Laura-Doe Harris, que responde pelos direitos autorais de Roy Harris.

\* Roy Harris foi professor emérito de Linguística Geral na Universidade de Oxford e membro honorário de St Edmund Hall. Ele também foi professor universitário em Hong Kong, Boston e Paris; e recebeu bolsas de estudo em universidades na África do Sul, Austrália e no Instituto Indiano de Estudos Avançados. Seus livros sobre integracionismo, teoria da comunicação, semiologia e história do pensamento linguístico incluem: *The Language Myth, Rethinking Writing, Saussure and his Interpreters, The Necessity of Artspeak, The Semantics of Science, Mindboggling, Rationality and the Literate Mind e After Epistemology*. Ele foi membro fundador da Associação Internacional para o Estudo Integracionista da Linguagem e Comunicação (IAISLC) e editor-fundador da revista *Language & Communication*, em 1981. Maiores informações disponíveis em: <https://www.royharrisonline.com/>; e <http://www.integrationists.com/>.

\*\* Sobre as tradutoras: Ana Cláudia Eltermann é doutoranda em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística (UFSC). Realizou estágio doutoral na Penn State University (EUA), pelo programa CAPES/Print. Cristine G. Severo é professora associada III da Universidade Federal de Santa Catarina e docente do Programa de Pós-Graduação em Linguística e do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas (UFSC). É bolsista do CNPq nível 2. Lidera o grupo de pesquisa Políticas Linguísticas Críticas e Direitos Linguísticos (CNPq). E-mail: [ana\\_eltermann@hotmail.com](mailto:ana_eltermann@hotmail.com); [crisgorski@gmail.com](mailto:crisgorski@gmail.com).

A questão mais fundamental é “O que é língua?”. Assim que é questionada, a teoria linguística já enfrenta um problema de enfoque. A língua envolve pelo menos três atividades. Ela envolve uma atividade neutra no cérebro humano. Ela envolve uma atividade muscular do corpo. E terceiro, ela compreende uma atividade social do tipo que envolve indivíduos interagindo uns com os outros. Diferentes definições de língua inter-relacionam essas três atividades de maneiras diferentes e implicam em visões diferentes de quais atividades neurais, musculares e sociais estão envolvidas exatamente. Além disso, se a língua é vista não como uma atividade, mas como uma capacidade ou habilidade subjacente à atividade, o dilema de definições conflitantes simplesmente reaparece. Não há uma forma de identificar a faculdade da linguagem sem referência à atividade vinculada a essa faculdade.

A solução que encontrou grande parte dos teóricos desde 1900 é não se concentrar na capacidade e nem na atividade, mas em outra coisa. A capacidade é normalmente assumida como universal, no sentido de ser comum a toda a raça humana, em qualquer estágio ou circunstâncias de desenvolvimento cultural em que suas diferentes comunidades podem estar. Sobre a atividade, por outro lado, presume-se que ela normalmente seja realizada voluntariamente por indivíduos particulares e responsáveis por seus próprios comportamentos linguísticos. Contudo, de maneira intermediária, entre a capacidade universal e a atividade individual, há uma terceira ordem de fenômenos: são aqueles considerados como sistemas compartilhados por grupos de indivíduos, mas que diferem de um grupo para outro. Esses sistemas, que determinam dentro de certos limites a forma que a atividade toma em uma circunstância particular, são as línguas.

Focando em línguas como sistemas, ao invés da noção de capacidade para a linguagem, ou em uma atividade particular de linguagem, a teoria linguística moderna tornou possível reservar para os linguistas um domínio de investigação acadêmica que provavelmente não sofreria com a invasão das disciplinas vizinhas, como a psicologia, a fisiologia e a sociologia. Afirmava-se, assim, que os sistemas linguísticos podem ser estudados como objetos autônomos sem referência às circunstâncias em que funcionam como meio de comunicação. Ao mesmo tempo, a teoria linguística nitidamente evitava o problema de definir língua. A linguística poderia proceder sem revolver esse problema, contanto que línguas, ao invés de língua, fossem tidas como o objeto primário de pesquisa. O primeiro teórico a fazer dessa estratégia a base explícita de um fundamento lógico para a linguística foi o fundador da disciplina em sua forma ortodoxa do século XX: Ferdinand de Saussure. Contudo, referir-se a ela como a “estratégia saussureana” não acarreta nenhuma implicação de que ela se limita a Saussure ou à escola de Genebra. Ao contrário, ela foi adotada por linguistas de todas as escolas, independentemente das suas atitudes em torno de outros aspectos da teoria saussureana.

No entanto, a adoção da estratégia saussureana, por sua vez, representou um problema teórico. Onde reside a sistematicidade que essas línguas supostamente possuem? A história da teoria linguística do século XX tem sido largamente a história de duas respostas complementares, mas conflitantes, a essa questão. Em que sentido as línguas são sistemas? De acordo com uma tese, a sistematicidade é interna, na medida em que reside, para cada língua, nas relações entre as palavras dessa língua, suas partes e suas combinações. Contudo, de acordo com outra tese, o que pode parecer ser sistematicidade interna é externamente derivado e mantido por práticas sociais mais amplas nas quais a linguagem está envolvida.

Um corolário da primeira tese é que os signos linguísticos são passíveis de estudo em si mesmos, independentemente de seus usuários e dos contextos em que são usados. Nesse sentido, as línguas podem ser segregadas ou separadas, pelo menos com o propósito de investigação acadêmica. Um corolário da tese alternativa, ao contrário, é que os signos linguísticos estão intrinsecamente integrados a outras formas de comportamento, sem referência às quais não podem ser identificados e, muito menos, estudados por linguistas ou por qualquer outra pessoa. Os termos “segregacionista” versus “integracionista” apreendem essa dicotomia teórica básica.

A perspectiva segregacionista dominou os estudos linguísticos acadêmicos pela maior parte do século presente e forneceu as diretrizes teóricas para a linguística ortodoxa. Todas as maiores escolas de teoria linguística, do estruturalismo saussureano até o gerativismo contemporâneo, têm sido basicamente segregacionistas. A perspectiva integracionista, por outro lado, tem recebido, comparativamente, menor elaboração teórica, sendo preferida principalmente por linguistas com uma forte inclinação para a antropologia e para o estudo da língua como parte de um estudo mais amplo da cultura. Consequentemente, poucos confrontos teóricos entre as duas perspectivas têm ocorrido.

Além disso, à primeira vista, parece não haver necessidade de tal confrontação, uma vez que um acordo atrativo parece estar prontamente disponível. Esse consiste em reconhecer uma legitimada divisão do trabalho. A linguística segregacionista se restringe a tratar as línguas como sistemas autônomos, examinar suas relações internas e talvez especular em um nível bem abstrato sobre como esses sistemas podem ser representados no cérebro humano. Já a linguística integracionista vai se concentrar nas relações externas entre línguas, indivíduos e as comunidades que as utilizam. Infelizmente, o acordo de separação das áreas é unilateral. Com efeito, ele atribui ao integracionismo o que é deixado de fora depois que o segregacionista completou a tarefa central de analisar o sistema autônomo da língua. Apesar disso, um acordo desse tipo foi aceito por muitos linguistas cujas inclinações teóricas eram integracionistas. Foi com base nesse acordo perigoso que as subdisciplinas modernas da sociolinguística e da psicolinguística foram fundadas.

Assim que o acordo foi aceito, nenhuma crise ameaçou a linguística ortodoxa. No entanto, nos anos recentes ficou cada vez mais evidente que esse acordo foi, em primeiro lugar, um erro, pois o acordo não é teoricamente defensável, embora toda uma geração de linguistas possa ter pensado que sim. Há duas razões para isso. Por um lado, uma posição integracionista fraca, como por exemplo aquela adotada por J. R. Firth e alguns neofirthianos, é agora vista como internamente inconsistente (LOVE, 1988). Ela falha em seguir o princípio integracionista básico de que a língua não faz sentido exceto em relação com a totalidade relevante do comportamento humano. Por outro lado, uma posição integracionista radical (HARRIS, 1981) leva a uma negação total das premissas que a linguística ortodoxa precisa tomar como certas para se engajar na análise linguística. Em resumo, não pode haver um acordo teórico porque as abordagens segregacionistas e integracionistas são mutuamente contraditórias. No entanto, levou um longo tempo para os linguistas perceberem a profundidade da contradição.

O caso integracionista contra a linguística ortodoxa tem sido mais recentemente e mais explicitamente discutido no volume editado por H.G. Davis e T.J. Taylor intitulado *Redefinindo a Linguística (Redefining Linguistics)*. Apesar dos argumentos presentes ali não serem novos, o caso precisou ser apresentado em termos teóricos, porque o ponto da crítica integracionista pode ser facilmente atenuado por um mal-entendido complacente. Assim, por exemplo, o comentário de Gardner sobre o integracionismo e a gramática gerativa (GARDNER, 1985, p. 221) parece sugerir que tudo estaria bem caso os linguistas fossem preparados para se beneficiar da cooperação com disciplinas vizinhas. Matthews (1985, p. 7), por outro lado, parece ter a visão de que o integracionismo, em comum com a teoria gerativa recente, aponta para o desenvolvimento de uma linguística do indivíduo ao invés de uma linguística das línguas. Ambas as interpretações estão bastante longe da realidade, embora cada uma tenha compreendido uma faceta do caso integracionista.

A posição integracionista radical é talvez melhor resumida por Davis, quando ela atribui à linguística um comentário emprestado de *Investigações Filosóficas (Philosophical Investigations)* de Wittgenstein: “[...] o jogo com o qual jogamos não é regulamentado” [*the game we play with it is unregulated*] (WITTGENSTEIN, 1953, p. 68). “A linguística”, diz Davis, “não é regulamentada” neste sentido: ela é aberta. Para o integracionista, isso é necessariamente assim, porque a linguística é um jogo de linguagem e a própria linguagem é aberta. O crítico integracionista, portanto, vê a análise linguística ortodoxa como resultado de uma falha dos linguistas em compreender a natureza do jogo que está sendo jogado. Como resultado, os jogadores estão constantemente propondo movimentos impossíveis. A linguística nas mãos do teórico ortodoxo torna-se a imposição de determinância sobre fenômenos que são intrinsecamente indeterminados e a descoberta de regras que não existem.

O integracionismo é o primeiro movimento na história da linguística que não tenta estender e refinar métodos e conceitos estabelecidos de descrição da língua ou fornecer bases teóricas. O fracasso em abordar essas questões descritivas não é, no entanto, um descuido. Ao contrário, o integracionismo, conforme defendido pelos contribuidores do volume de Davis e Taylor, questiona a validade de todo o empreendimento descritivista que se tornou tão grande na produção da linguística moderna. Longe de propor uma formalização descritiva alternativa de qualquer tipo, o integracionista argumenta contra o esforço do descritivista por implicitamente, embora involuntariamente, descrever de forma equivocada o modo como a linguagem funciona. No entanto, abandonar a descrição linguística, nem precisa ser enfatizado, seria para o campo ortodoxo abandonar a própria linguística. Portanto, a divisão corta fundo e dificilmente poderia cortar mais fundo.

O debate é muito mais profundo do que as controvérsias entre os linguistas “hocus pocus” e os linguistas da “verdade de Deus”. Os campeões da linguística *hocus pocus* – e Firth novamente vem à mente como um exemplo – nunca abandonaram a descrição como tal: eles simplesmente admitiram que suas sistematizações descritivas eram arbitrárias e negaram que qualquer tipo de sistematização tivesse prioridade sobre qualquer outra. A linguística *hocus pocus* teria sido melhor chamada de “pluralismo descritivo”, pois se tratava essencialmente disso. E para a descrição poderia ser atribuído algum valor por destacar diferentes facetas da estrutura linguística, que nenhuma descrição única poderia capturar. Já a linguística integracionista, longe de ser um pluralismo descritivo, é um niilismo descritivo. Embora seja verdade que teóricos ortodoxos (por exemplo, HOCKETT, 1968) tenham questionado, de tempos em tempos, se o sistema linguístico é totalmente determinado, isso nunca os impediu de descrever partes selecionadas do sistema, como se essas partes fossem determinadas. Mas isso, de um ponto de vista integracionista, é simplesmente uma tentativa de garantir o seu pão descritivo e comê-lo.

Por razões parecidas, a divisão entre abordagens segregacionistas e integracionistas de língua vai muito além daquela que separa teóricos que diferem sobre considerar as línguas como objetos psicológicos, biológicos, semióticos ou abstratos. Apesar de suas diferenças, diversos teóricos concordam que esses objetos não são diretamente acessíveis para observação: a sua existência precisa ser inferida. O que o integracionista questiona, precisamente, é se existe algum desses objetos. Para o integracionista, é possível fazer linguística sem assumir que o universo linguístico consiste em um grande número de objetos discretos chamados “línguas”, assim como sem ter que tratar cada um desses objetos como um sistema independente.

A base filosófica da posição integracionista é a tese de que o universo linguístico é povoado não por objetos misteriosamente não observáveis chamados de “línguas”, mas por seres humanos observáveis que, de alguma forma e algumas vezes, conseguem se comunicar uns com os outros. Para o integracionista, no entanto, a comunicação está sujeita a um princípio universal derivado da experiência humana cotidiana. A experiência humana é constantemente estruturada e reestruturada pela necessidade de dar sentido aos eventos do presente à luz dos eventos passados, e vice-versa. A língua é ao mesmo tempo um produto e um mecanismo desse processo, pelo qual o fluxo incessante de sensações, percepções, sentimentos e julgamentos que contribuem para a vida mental do indivíduo é integrado em um continuum, e a estrutura estável de crenças e expectativas sobre o mundo é construída e mantida.

A capacidade humana de reconhecer, inventar e usar signos de vários tipos é um fator essencial nesse processo. Um signo é qualquer característica observável, ou um complexo de características observáveis, que, em virtude da sua função integracional, desempenha um papel em nossas diversas e contínuas práticas de produção de sentido. A única condição necessária e suficiente para a constituição de um signo é o nosso reconhecimento desse papel. Signos são fundamentais para a vida das sociedades humanas, pois cada aspecto da organização social é, em certa medida, dependente deles.

A diferença entre a semiologia integracionista e outras semiologias não se limita à restrição do signo linguístico à fala ou à escrita. De um ponto de vista integracionista, a língua surge do uso criativo no espaço comunicacional em que vivemos; e falar e escrever são apenas duas das muitas atividades humanas que articulam esse espaço. Um grande erro cometido na linguística ortodoxa, no que diz respeito à perspectiva integracionista, é a sua mistura generalizada de comunicação linguística com comunicação de fala, e sua consequente tentativa de restringir o significado linguístico aos significados de sequências de sons de fala. Essa restrição é canonizada por segregacionistas como o princípio da “primazia da fala” (frequentemente interpretada de forma equivocada como sendo meramente uma tese sobre a relação entre fala e escrita; mas, se trata muito mais do que isso).

A chamada primazia da fala é um princípio vital ao qual o segregacionista deve se agarrar. Sem isso, todos os outros dogmas estimados pela linguística ortodoxa se tornam manifestamente insustentáveis, incluindo dogmas como a linearidade do signo linguístico e o conceito de gramaticalidade. A tese central da linguística ortodoxa ao longo do século atual tem sido que se nós restringimos nossa atenção aos signos de fala, nós devemos descobrir que há, para cada comunidade, um discreto e determinado sistema de signos em operação, que constituem a língua da comunidade.

O que está errado com o princípio da primazia da fala é simplesmente que a fala não tem primazia na comunicação humana. Os sons da fala não têm significado a menos que e até que eles possam ser integrados, como quaisquer outros signos, no processo de

produção de sentido inscrito em um episódio particular do continuum da experiência humana. E essa integração exige, em geral, que haja padrões de atividade diferentes da fala que forneçam o contexto para que a fala seja significativa. Entretanto, a fala fornece parte do contexto que torna outras atividades significativas. A fala, portanto, não é segregável como uma/a forma linguística de comunicação: e supor o contrário é meramente confundir o estudo da fala com a fonética.

#### A RESPOSTA SEGREGACIONISTA

Em resposta à crítica integracionista, o segregacionista ortodoxo tem apenas um número limitado de jogadas disponíveis. Embora variações sejam possíveis, no fim elas se reduzem às seguintes estratégias:

Uma estratégia é apresentar a contra-argumentação de que a abordagem integracionista falha em distinguir entre o conhecimento linguístico que os falantes de uma língua possuem e seu conhecimento geral do mundo em que vivem. Portanto, o integracionista é, em princípio, incapaz de estabelecer qualquer base científica para a linguística; pois, sem tal demarcação, o assunto das investigações do linguista permanece tão mal definido que a linguística teria a liberdade de variar radicalmente sobre o que conta como evidência linguística. Esse tipo de contra-argumentação pode também ser acompanhada pela concessão de que a comunicação, em certo sentido, envolve integração; mas o que o integracionista deixa de ver é que a integração se dá entre diferentes sistemas de conhecimento – linguísticos por um lado e não linguísticos por outro.

Uma estratégia um tanto diferente é concordar com o integracionismo quando ele afirma que a linguagem é aberta e a estrutura linguística, em muitos pontos, é fraca ou pouco definida; embora, discorde com o integracionismo sobre isso ser perfeitamente compatível com a sistematicidade. O apelo dessa estratégia é que ela pode ser adaptada ao truismo tradicional de que a linguagem está em constante processo de mudança. Assim, exemplos do tipo que um integracionista poderia citar para demonstrar a indeterminação da linguagem podem sempre ser explicados como exemplos de que o sistema está em evolução.

A busca dessas duas estratégias nos últimos anos tem levado a muitas discussões sobre tópicos não tradicionais, como categorias imprecisas e regras variáveis. No entanto, como aponta Schnitzer (1990)<sup>2</sup>, essas manobras no final reforçam, em vez de enfraquecer, a posição ortodoxa básica de que os usuários da linguagem têm acesso a um sistema unitário coerente e bem formado. Ele escreve:

A existência de abordagens envolvendo conjuntos imprecisos (LAKOFF, 1973) ou categorias gramaticais compactadas (ROSS, 1972, 1973a,b) não mitiga essa reivindicação uma vez que essas abordagens não implicam que o sistema seja, em algum sentido, não-existente ou não totalmente conhecido pelos falantes, mas, ao contrário, que nem toda classificação gramatical é binariamente booleana. O que se pretende com tais abordagens é que inerente ao sistema gramatical putativo que os falantes têm conhecimento há um grau de indeterminação e/ou gradação.

Schnitzer identifica cinco teses que permanecem inalteradas apesar das concessões que a linguística ortodoxa atualmente faz nos vários acordos com seus críticos. Elas são: (i) que a língua pode ser vista como um conjunto de sentenças geradas por uma gramática que não gera não-sentenças; (ii) que falantes nativos têm acesso a um sistema de conhecimento tácito que representa a gramática de uma língua e com base no qual eles fazem julgamentos de gramaticalidade; (iii) que a gramática mental é unitária; (iv) que a gramática mental é exaustiva no sentido de compreender todo o conhecimento puramente linguístico do falante; e (v) que essa gramática é psicologicamente real, neuropsicologicamente fundamentada e independente das várias tarefas de produção e compreensão nas quais possa estar envolvida.

Para os teóricos ortodoxos essas cinco teses continuam intactas. Independentemente, Schnitzer argumenta:

<sup>2</sup> No original sem numeração de página.

[...] se uma teoria usa transformações ou não; se faz uso de relações de frase-estrutura ou relações de dependência; se faz uso de categorias sintáticas, relações sintáticas, relações temáticas ou todas as três; se tem um ou mais de um nível de descrição; se as gramáticas incluem arranjos ou processos, ou ambos ou nenhum; se a teoria admite que o aparelho inclua fenômenos “pragmáticos”; se ela contém derivações, condições de boa formação, e/ou filtros; e se incorpora níveis maiores ou menores de abstração.

Enquanto essas cinco teses permanecerem de pé, parece claro que o desacordo básico entre as abordagens integracionista e segregacionista permanece sem solução, quaisquer que sejam as concessões que possam ser feitas sobre as questões de determinação e sistematicidade. Tudo que mudou, na visão integracionista, foi o disfarce formal que a linguística ortodoxa adotou para propagar o “mito da língua” (HARRIS, 1981).

### TRÊS EQUÍVOCOS DE DETERMINAÇÃO

A questão mais importante que divide a teorização integracionista da segregacionista atualmente é a determinação. Mas o que está exatamente em questão é muitas vezes obscurecido por conceitos errôneos de determinação. Elucidar esses equívocos pode contribuir para esclarecer a discussão, mesmo que isso não persuada o segregacionista a abandoná-los.

Em relação à determinação da gramática, fala-se muito com propósitos contraditórios, o que se deve à maneira como a linguística ortodoxa se equivoca com o conceito de “regra”. Por exemplo, de acordo com a *Gramática do Inglês Contemporâneo*, de Quirk, Greenbaum, Leech e Svartvik (1972), há uma regra que no inglês os únicos advérbios que podem modificar outros advérbios são “intensificadores” (cujos exemplos paradigmáticos são *very* [‘muito’] e *quite* [‘bastante’]). Se é apontado que o advérbio *unbelievably* (‘inacreditavelmente’) pode também modificar outro advérbio, a resposta é a de que, nesse caso, *unbelievably* deve ser um intensificador também. Mas no momento em que essa resposta é dada, o status da suposta regra muda: na verdade, o termo “intensificador” está agora implicitamente definido como “advérbio que pode modificar outro advérbio”. Imediatamente, a regra se torna não falseável; e o preço da não falseabilidade é a circularidade.

No entanto, o equívoco não termina aí. De acordo com a *Gramática do Inglês Contemporâneo*, a regra do intensificador explica porque, apesar de *His reasoning was theoretically sound* (‘Seu raciocínio era teoricamente correto’) ser um inglês bom, *He reasoned theoretically soundly* (‘Ele raciocinou teoricamente bem’) não é. Se for contestado que há falantes de inglês que não consideram um problema a justaposição de advérbios, o gramático pode sempre responder que, para aqueles falantes, *theoretically* (‘teoricamente’) deve ser um intensificador ou, então, que para tais falantes não é um modificador adverbial, mas um advérbio sentencial. Em ambos os casos a regra é salva. De maneira similar, se há falantes que aceitam *He behaved extremely offensively* (‘Ele se comportou extremamente ofensivamente’), mas rejeitam *He behaved deeply offensively* (‘Ele se comportou profundamente ofensivamente’), sempre pode-se afirmar que, para esses falantes, *deeply* não é um intensificador.

O ponto é esse: Ou você admite que a gramática da modificação adverbial do inglês não é bem definida; ou você inventa subcategorias gramaticais, como “intensificador”. A questão da determinação não depende da possibilidade, em princípio, de criar categorias gramaticais e regras que cubram todos os casos, deixando as regras invioláveis. Para o integracionista, contudo, essa questão não é de interesse teórico. Se você se permitir regras circulares, como a regra do intensificador, então você sempre vai poder reivindicar que a estrutura gramatical é determinada, venha o que vier. Supor que *essa* é a questão que diferencia integracionistas e segregacionistas indica um tipo de equívoco de determinação. Vamos chamar de equívoco “definicional”.

Um equívoco um pouco diferente de determinação é defendido por Lyons (1968, p. 152-154), que argumenta o seguinte.

Ao descrever uma determinada língua, o linguista vai traçar os limites da gramaticalidade em um ponto particular. A sua decisão de traçar esses limites em um lugar ao invés de outro, e se a decisão é feita de maneira consciente depois de pesar as várias alternativas que se apresentam, vai tender a ser determinada por dois fatores principais. O primeiro pode ser referido como o princípio dos “retornos decrescentes” [*diminishing returns*]. É possível ir muito mais longe com a subclassificação distributiva de palavras do que seria considerado viável, ou mesmo desejável, por gramáticos tradicionais. Mas, mais cedo ou mais tarde, em sua

tentativa de excluir as sentenças definitivamente inaceitáveis por meio da subclassificação distributiva de suas palavras componentes, o linguista vai se deparar com uma situação em que ele estabelece mais e mais regras, cada uma cobrindo poucas frases; e ele criará tantas classes de palavras sobrepostas que toda aparência de generalidade será perdida. Isso é o que se entende pelo princípio de “retornos decrescentes”: chega um ponto (a localização desse ponto pode ser um assunto legítimo para disputa) em que o aumento da complexidade das regras é muito “caro” em relação ao seu “rendimento”, um aumento relativamente pequeno na cobertura de sentenças aceitáveis e inaceitáveis. Mas o segundo fator não é menos importante. Uma vez que as sentenças da língua que está sendo descrita são tão numerosas... não se pode esperar decidir para cada frase gerada pela gramática se ela é definitivamente aceitável ou inaceitável. Na verdade, não é preciso ir muito longe com a descrição gramatical de qualquer língua antes de encontrar desacordo entre falantes nativos sobre a aceitabilidade de sentenças geradas pelas regras provisoriamente estabelecidas pelo gramático. Há, portanto, um problema real, e talvez inerradicável, de indeterminação no que diz respeito à aceitabilidade e inaceitabilidade.

Parece resultar dessas considerações que a estrutura gramatical de qualquer língua é, em última instância, indeterminada. Não é apenas que os linguistas irão diferir em sua interpretação sobre o que constitui o grau ótimo de generalidade no escopo das regras e em sua avaliação da aceitabilidade de conjuntos específicos de sentenças. Há o problema adicional de que a geração de um conjunto de sentenças de um tipo específico pode tornar a geração de outras sentenças de um tipo diferente extremamente difícil de lidar dentro de um quadro teórico estabelecido para o primeiro conjunto. ... Podemos, portanto, reafirmar como um princípio geral que governa todas as descrições gramaticais ... o seguinte fato: se uma certa combinação de palavras é ou não é gramatical é uma questão que somente pode ser respondida em referência a um sistema particular de regras que o gera (e assim o define como gramatical) ou falha em o gerar (e assim o define como não gramatical).

Muitos autores de teoria gramatical ... parecem rejeitar esse princípio. Eles sugerem que a estrutura gramatical de qualquer língua é determinada e é conhecida “intuitivamente” (ou “tacitamente”) pelos falantes nativos. Isso parecer ser uma suposição desnecessariamente forte. É sem dúvida o caso em que os falantes nativos concordarão que certos conjuntos de enunciados “pertencem um ao outro” ou são “similares” ou “diferentes” de alguma forma. Essas “intuições”, na medida em que são verificáveis, são uma importante parte dos dados do linguista; e ele tentará explicá-los distinguindo vários tipos de aceitabilidade (ou boa formação) e vários tipos de parentesco entre as sentenças. Mas ele não precisa presumir que haverá qualquer correspondência direta entre as intuições dos falantes e as declarações feitas pelo linguista.

Não se deve exagerar a diferença de opinião entre linguistas nessa questão. Afirmar que a estrutura gramatical de uma língua é *em último recurso* indeterminada não é o mesmo que afirmar que nenhuma parte da estrutura gramatical é determinada. Há muitas combinações de palavras (e.g. \**They likes she* [‘Eles gosta ela’], \**The dog bite the man* [‘O cachorro mordem o homem’] etc.) que todos os linguistas vão caracterizar imediatamente, não somente como inaceitável, mas também como “agramatical” (sem necessariamente produzir um conjunto de regras gramaticais). Pode-se dizer que a reação imediata deles é baseada em uma consciência “intuitiva” da estrutura gramatical do inglês padrão; pode-se igualmente dizer que as combinações em questão infringem princípios de tal generalidade em declarações do inglês padrão que qualquer gramática teria necessariamente que levá-los em conta. É com respeito aos princípios menos gerais que as gramáticas alternativas podem diferir em sua caracterização de sentenças como gramaticais ou agramaticais. E as “intuições” dos linguistas e falantes da língua tendem a ser não confiáveis e inconsistentes nesse ponto, de qualquer maneira.

Em resumo, para Lyons a gramática do inglês é em algum ponto determinada, mas além desse ponto, indeterminada; e o ponto em questão pode de alguma forma ser identificado vendo onde descrições gramaticais diferentes começam a divergir. Vamos chamar isso de o “núcleo comum” do equívoco da determinação. Para o integracionista, se há um núcleo comum, não é o que está em questão.

Há um terceiro equívoco da determinação que é mais simplório do que os anteriores. Mesmo os defensores mais obstinados das regras gramaticais podem geralmente ser forçados a admitir que simplesmente não há regra determinando exatamente quais adjetivos do inglês formam seus comparativos adicionando *-er* e quais não, apesar de todos concordarem que alguns adjetivos do

inglês que sempre se formam desse modo, diferente de outros que não. De forma semelhante, eles vão com frequência reconhecer que não há uma regra no inglês sobre o uso do sufixo *-ness* para formar nomes abstratos. Mas, eles vão argumentar que esses exemplos não mostram que nessas áreas a estrutura gramatical da língua é indeterminada. Ao contrário, tudo que isso mostra é que a gramática inclui regras que exigem que o usuário da língua faça uma escolha opcional. Vamos chamar isso de o equívoco da “opção obrigatória” de determinação.

Esse equívoco é particularmente popular na linguística histórica, porque se encaixa no truismo tradicional de que as línguas estão mudando constantemente. Isso torna possível algum tipo de reconciliação entre os requisitos teóricos da linguística sincrônica e diacrônica, um problema perene que faz parte do legado de Saussure. Assim, os pontos em que a gramática permite ao usuário da língua uma escolha opcional podem ser vistos como pontos nos quais o sistema da linguagem está potencialmente aberto a mudanças.

Esses três equívocos de determinação podem ser resumidos nas três seguintes proposições. (i) A estrutura linguística é determinada no sentido de que, para qualquer língua dada, podem ser estabelecidas categorias e regras gramaticais que são abrangentes e não admitem exceções. (ii) A estrutura linguística é determinada no sentido de que, para qualquer língua dada, há pelo menos um núcleo comum de regras gramaticais invioláveis. (iii) A estrutura linguística é determinada no sentido de que a gramática de qualquer língua dada determina os limites dentro dos quais os usuários da língua podem escolher livremente uma forma de expressão ao invés da outra.

Para o integracionista, entretanto, aceitar ou rejeitar qualquer ou todas as três proposições não chega ao cerne da questão. Isso porque, no ponto de vista do integracionista, a gramática não é governada por regras de qualquer maneira, no sentido que deve ser aceita a fim de tornar qualquer uma dessas proposições digna de debate. Não há regras de gramática: há apenas regras de gramáticos (o que não é de maneira alguma a mesma coisa). A indeterminação da gramática, para o integracionista, é um corolário simples da indeterminação do próprio signo linguístico.

#### A INDETERMINAÇÃO DO SIGNO LINGUÍSTICO

A indeterminação do signo linguístico é uma doutrina central do integracionismo. A resposta integracionista à questão de por que os signos linguísticos não são determinados é que as exigências da comunicação humana exigem que eles não o sejam. Em outras palavras, a indeterminação serve a propósitos humanos melhores do que a determinação. A determinação tem o seu valor em área limitadas com objetivos específicos; mas, para mediar a comunicação humana na maior parte dos casos, determinados sistemas seriam disfuncionais por causa de sua própria falta de flexibilidade. A verdade de que os signos linguísticos usados no discurso cotidiano são indeterminados foi reconhecida séculos atrás pelo maior de todos os pensadores empiristas, John Locke: mas demorou para que linguistas redescobrissem essa verdade e refletissem sobre suas implicações.

O signo linguístico não é uma forma fixa com um significado fixo, ambos os quais permaneceriam magicamente invariáveis em todos os episódios comunicacionais nos quais o signo é usado. Ao contrário, o que constitui um signo não é independente da situação em que ele ocorre ou da sua manifestação material nessa situação. Esse é um dos axiomas básicos de uma semiologia integracionista (HARRIS, 1984). Isso é manifestamente válido para os signos em geral e uma das lacunas irônicas da linguística ortodoxa é que nenhum teórico jamais explicou por que o signo linguístico deve ser tratado como uma exceção. Mas se o signo linguístico não é uma exceção, as consequências para a linguística são profundas.

Torna-se em vão procurar um código fixo subjacente às práticas comunicacionais de comunidades específicas; e se isso for em vão, não pode haver sentido para que a teoria linguística precise do conceito de “uma língua” como seu fundamento. Isso somente seria necessário se os seres humanos fossem máquinas programadas por seus criadores para aceitar como input comunicacional somente sinais extraídos de um inventário fixo de formas invariantes e interpretáveis, apenas por referência a um inventário fixo de significados invariantes. Acreditar que isso é verdade, ou mesmo próximo da verdade, é ter uma visão extremamente limitada da humanidade. Mas essa visão limitada é mais do que compatível com as ciências que podem lidar com as capacidades humanas apenas na suposição de que o ser humano deve ser, em última análise, uma espécie muito complexa do gênero “computador”

A alegação integracionista de que não existem línguas está aberta a todo tipo de interpretações errôneas por parte daqueles que desejam rejeitá-la. Basta levantar dois pontos relevantes. O primeiro é que longe da observação leiga de que *horse* ('cavalo') é uma palavra do inglês, enquanto que *cheval* ('cavalo') é uma palavra do francês, o integracionismo não acredita que deva haver dois objetos teoricamente identificáveis conhecidos como "a língua inglesa" e "a língua francesa". Como as pessoas distinguem palavras como "inglês", "francês", etc. é, de um ponto de vista integracionista, um assunto empiricamente pesquisável; mas o fato *de que elas fazem isso* não tem um status teoricamente privilegiado.

O segundo ponto é intimamente relacionado ao primeiro. Não se acredita, tampouco, que se alguém está confiante de que tal e tal expressão é um "bom inglês", ao passo que outra expressão não é um "bom inglês", deve haver em operação um conjunto de regras com as quais o bom inglês está em conformidade e o mau inglês não. Para o integracionista, julgamentos de valor relativos ao bom ou mau uso realmente levantam questões a serem abordadas, mas essas questões de correção linguística devem ser resolvidas investigando os padrões integracionais que dão origem, em primeiro lugar, aos julgamentos de valor. Eles certamente não devem ser tratados postulando regras internalizadas para explicá-los, pois esse movimento é, em qualquer caso, explicitamente vazio. No comportamento linguístico, como em outras áreas do comportamento, os julgamentos de valor não podem ser explicados apelando-se para mecanismos psicológicos imaginários.

Para o integracionismo, a investigação linguística começa não com uma procura por unidades invariantes subjacentes à comunicação em uma dada comunidade, mas com uma investigação das pressuposições subjacentes à própria investigação linguística. Uma objeção que pode ser levantada a isso é que ou tratamos a linguística como uma forma de filosofia, ou então redefinimos completamente a linguística. O que o integracionista vai responder a essa objeção? Quanto à primeira parte, a linguística é uma forma de filosofia, gostemos ou não: essa é a parte da filosofia que busca elucidar como e onde a língua encaixa no esquema geral das coisas humanas. Quanto à segunda parte, pode-se referir novamente à caracterização de Davis da linguística como "não regulamentada". A observação dela conclui: "[...] apesar da linguística não ser regulamentada... ela nunca pode ser redefinida fora da existência, somente dentro da existência, dentro de uma compreensão analítica da experiência linguística individual de cada um".

Alguém pode interpretar essa observação como um chamado para a linguística começar a examinar as bases das suas próprias práticas metalinguísticas.

A crítica integracionista à linguística ortodoxa pode assim ser vista historicamente como retomando a investigação crítica iniciada com todo o círculo de Saussure. Contra a linguística que Saussure inaugurou e que seus sucessores desenvolveram na Europa e na América, o integracionista faz exatamente a mesma crítica que o próprio Saussure fez à linguística de seus predecessores: que ela falhou em identificar o seu verdadeiro objeto de estudo.

Ao questionar a disponibilidade de qualquer ponto de vista objetivo a partir do qual *faits de langue*, como Saussure os chamava, podem ser identificados, verificados e descritivamente sistematizados, o integracionismo reorienta a atenção sobre as formas como os seres humanos, como criadores de línguas, constroem suas próprias experiências linguísticas. Ele sujeita tanto o linguista quanto a investigação linguística a uma recontextualização simultânea dentro do processo criativo que é a língua.

## REFERÊNCIAS

DAVID; H.G.; TAYLOR, T.J. (ed.). *Redefining Linguistics*, London: Routledge, 1990.

GARDNER, H. *The Mind's New Science*, New York: Basic, 1985.

HARRIS, R. *The Language Myth*, London: Duckworth, 1981.

HARRIS, R. The Semiology of Textualization. *Language Sciences*, v. 6, n. 2, p. 271-286, 1984.

HOCKETT, C.F. *The State of the Art*, The Hague: Mouton, 1968.

LAKOFF, G. Fuzzy grammar and the performance/competence terminology game. *Papers from the Ninth Regional Meeting*, Chicago Linguistics Society, 1973.

LYONS, J. *Introduction to Theoretical Linguistics*, Cambridge: C.U.P., 1968.

LOVE, N. The Linguistic Thought of J.R. Firth. In: HARRIS, R. (ed.). *Linguistic Thought in England 1914-1945*. London: Duckworth, 1988. p. 148-164.

MATTHEWS, P. Whiter linguistic theory? *Linguistics Abstracts*, v. 1, n. 1, p. 1-7, 1985.

QUIRK, R.; GREENBAUM, S.; LEECH, G.; SVARTVIK, J. *A Grammar of Contemporary English*. London: Longman, 1972.

ROSS, J. R. Endstation Hauptwort: The category squish. *Papers from the Eighth Regional Meeting*. Chicago Linguistics Society, 1972.

ROSS, J. R. A fake NP squish. In: BAILEY, C.-J.N; SHUY, R. (ed.). *New Ways of Analysing Variation in English*. Georgetown: Georgetown U.P., 1973(a).

ROSS, J. R. Nouniness. In: FUJIMURA, O. (ed.). *Three Dimensions of Linguistic Theory*. Tokyo, 1973(b). p. 137-257.

SCHNITZER, M.L. Critique of Linguistic Knowledge. *Language & Communication*, v. 10, n. 2, p. 95-125, 1990.

WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Investigations*, trans. G.E.M. Anscombe, Oxford: Blackwell, 1953.



Recebida e aceita em 19/11/2021.